

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas**

MGI Minas Gerais Participações S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

MGI Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
MGI Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado nas notas explicativas 1 e 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 10 de julho de 2019, foi declarada a extinção e sequencialmente foi realizada a incorporação da subsidiária integral EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“EMIP”). Consequentemente, a partir dessa data, a Companhia passou a não ser requerida a apresentar balanço patrimonial consolidado, remanescendo a apresentação das demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado representando as respectivas transações até a data da incorporação da EMIP. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos direitos creditórios autônomos

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do Estado de Minas Gerais, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado. A realização desses créditos, no valor de R\$841.211 mil em 31 de dezembro de 2019, depende da efetivação do fluxo de recebimentos previsto.

Conforme mencionado na nota explicativa 7 c), os direitos creditórios são contabilizados pelo valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo dos direitos creditórios são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. O valor justo dos direitos creditórios é determinado pela exposição da carteira no momento da inadimplência (default), descontada a perda estimada e o valor nominal do fluxo de pagamentos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos saldos dos direitos creditórios autônomos e o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados à estimativa de valor justo dos direitos creditórios autônomos; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (c) recálculo independente e confronto do valor justo com o total do passivo relativo às debêntures incentivadas; e (d) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor justo dos direitos creditórios autônomos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios autônomos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 7 c), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração do valor justo das opções flexíveis de compra e venda

Conforme divulgado na nota explicativa 8, no escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. O modelo usado na apuração do valor justo dessas opções foi o Modelo Black & Scholes, ajustado para ações que pagam dividendos, e o saldo das opções de compra e de venda em 31 de dezembro de 2019 montam R\$417.763 mil e R\$31.469 mil, respectivamente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos saldos dessas opções e o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas complexas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados às debêntures e opções flexíveis; (b) utilização de especialistas para nos auxiliar na análise do modelo de precificação utilizado pela Companhia e no recálculo independente do valor justo das opções com a utilização de taxas e preços obtidos de fontes externas e cálculo de volatilidade com base em dados históricos; e (c) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo das opções flexíveis de compra e venda, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas para a mensuração do valor justo das opções flexíveis adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 13 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Bruno Costa Oliveira', is written over the printed name and title.

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.409	4.146	4.538
Títulos e valores mobiliários	6	82.723	177.339	177.339
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	151.905	95.581	94.794
Opções flexíveis de venda	8	-	9	9
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	235	436	436
Tributos a compensar	9	14.459	17.169	17.527
Imóveis para venda		2.627	-	3.642
Outras contas		1.680	1.633	1.668
Total do ativo circulante		265.038	296.313	299.953
Títulos e valores mobiliários	6	137.635	-	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	1.898.007	1.861.731	1.861.887
Opções flexíveis de venda	8	31.469	37.374	37.374
Tributos a compensar	9	21.170	16.234	17.066
Depósitos judiciais	10	3.179	3.182	3.182
Investimentos em controlada/coligada	11	-	3.838	-
Outros investimentos	12	44.068	31.519	31.519
Imobilizado		37	54	55
Intangível		72	6	6
Total do ativo não circulante		2.135.637	1.953.938	1.951.089
Total do ativo		2.400.675	2.250.251	2.251.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar		253	255	260
Salários e encargos sociais		991	968	1.361
Tributos a recolher		2.613	1.591	1.941
Opções flexíveis de compra	8	26.500	12.730	12.730
Debêntures	13	74.151	53.231	53.231
Obrigações por repasse	14	33.571	30.057	30.100
Total do passivo circulante		138.079	98.832	99.623
Opções flexíveis de compra	8	391.263	400.663	400.663
Debêntures	13	1.414.286	1.344.970	1.344.970
Obrigações por repasse	14	11.200	15.768	15.768
Passivo fiscal diferido	15	2.415	2.593	2.593
Total do passivo não circulante		1.819.164	1.763.994	1.763.994
Total do passivo		1.957.243	1.862.826	1.863.617
Patrimônio líquido	17			
Capital social		1.145.550	1.080.702	1.080.702
Ações em tesouraria		(5)	(5)	(5)
Prejuízos acumulados		(708.388)	(699.894)	(699.894)
Ajuste de avaliação patrimonial		6.275	6.622	6.622
Total do patrimônio líquido		443.432	387.425	387.425
Total do passivo e patrimônio líquido		2.400.675	2.250.251	2.251.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas	18	163.398	178.761	164.315	180.889
Custos	19	(201.936)	(197.927)	(202.771)	(200.118)
Resultado bruto		(38.538)	(19.166)	(38.456)	(19.229)
Despesas administrativas		(8.044)	(8.213)	(8.722)	(10.542)
Outras receitas (despesas)		556	1.345	556	1.346
Resultado de equivalência patrimonial	11	(719)	(2.117)	-	-
Provisão para perdas em participações societárias	12	(131)	(2.308)	(131)	(2.308)
Resultado de ajustes a valor justo	21	(2.578)	271.177	(2.578)	271.177
Perdas com Parcerias Público-Privadas		-	-	(156)	-
Perda na recuperação de imóveis para venda		-	-	-	181
Constituição (reversão) de perda na recuperação de direitos creditórios	7.c	33.303	(23.344)	33.303	(23.344)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(16.151)	217.374	(16.184)	217.281
Receitas financeiras	20	8.012	9.572	8.045	9.668
Despesas financeiras	20	(355)	(88)	(355)	(91)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		7.657	9.484	7.690	9.577
Resultado antes dos impostos		(8.494)	226.858	(8.494)	226.858
Impostos de renda	15	-	-	-	-
Contribuição social	15	-	-	-	-
Resultado do exercício		(8.494)	226.858	(8.494)	226.858
Resultado por lote de mil ações (básico e diluído em R\$)	17.e	(14,79)	394,92	(14,79)	394,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício		(8.494)	226.858	(8.494)	226.858
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Outros resultados abrangentes		(347)	-	(347)	-
Varição no valor justo de investimentos mensurados por meio de outros resultados abrangentes	12	(526)	1.422	(526)	1.422
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	15	179	(483)	179	(483)
Resultado abrangente total		(8.841)	227.797	(8.841)	227.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social							Total	
	Nota	Capital social	Capital social a realizar	AFAC	Reclassificações PPPs e convênios	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados		Ajuste avaliação patrimonial
Saldos em 31 de dezembro de 2017		3.521.254	(472.910)	-	(1.946.589)	(5)	(926.752)	5.683	180.681
Aumento de capital		21.544	19.818	6.476	-	-	-	-	47.838
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	226.858	-	226.858
Varição no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	-	-	1.422	1.422
Tributos s/varição no valor justo dos investimentos	15	-	-	-	-	-	-	(483)	(483)
Reclassificação para obrigações por repasses - PPPs		-	-	-	(68.891)	-	-	-	(68.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		3.542.798	(453.092)	6.476	(2.015.480)	(5)	(699.894)	6.622	387.425
Aumento de capital	17.a	-	73.695	(6.476)	-	-	-	-	67.219
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(8.494)	-	(8.494)
Varição no valor justo dos investimentos	12	-	-	-	-	-	-	(526)	(526)
Tributos sobre variação no valor justo dos investimentos	15	-	-	-	-	-	-	179	179
Reclassificação para obrigações por repasses - PPPs	17.a	-	-	-	(2.371)	-	-	-	(2.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		3.542.798	(379.397)	-	(2.017.851)	(5)	(708.388)	6.275	443.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(8.494)	226.858	(8.494)	226.858
Ajustes para:	-	-	-	-
Depreciação e amortização	103	44	103	44
Constituição (reversão) de perda na recuperação de direitos creditórios	(33.303)	23.345	(33.303)	23.164
Resultado de ajustes a valor justo	38.322	(265.450)	38.322	(265.450)
Perdas de parcerias público privadas	-	-	156	-
Encargos financeiros de contrato de opções	17.210	-	17.210	-
Resultado de equivalência patrimonial	11 719	2.117	-	-
Provisão para perdas em participações societárias	12 131	2.308	131	2.308
Amortização de custos de transação	19 405	405	405	405
Variação monetária líquida	44.962	46.257	44.962	46.257
	60.055	35.884	59.492	33.586
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto JCP e dividendos)	7 31.412	(51.822)	30.831	(79.997)
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a 201	(396)	201	(396)
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9 (1.259)	1.834	(1.036)	2.000
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6 (43.019)	26.029	(43.019)	26.029
(Aumento)/Diminuição de imóveis para venda	216	-	1.015	-
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10 3	624	3	624
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo	(47)	(1.495)	(11)	678
Aumento/(Diminuição) de fornecedores	(2)	37	(7)	765
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais	11	(3)	(370)	161
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher	508	1.084	672	1.218
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	14 (1.054)	12.855	(1.097)	11.163
Recebimentos de créditos autônomos	7 69.418	36.149	69.418	36.149
Juros pagos sobre debêntures subordinada	13 -	(15.000)	-	(15.000)
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	13 (63.275)	(69.241)	(63.275)	(69.241)
Amortizações de debêntures 5ª emissão	13 (24.076)	-	(24.076)	-
Amortização do contrato de opções flexíveis	(17.210)	-	(17.210)	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	11.882	(23.461)	11.531	(52.261)
Aquisições imobilizado/intangível	(151)	(4)	(151)	(4)
Aquisição de investimento	(69.357)	(18)	(69.357)	(18)
Aumento de capital em controlada/coligada	-	(28.170)	-	-
Caixa oriundo de incorporação de controlada	41	-	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(69.467)	(28.192)	(69.508)	(22)
Integralização de capital	17 67.219	47.838	67.219	47.838
Reclassificação para obrigações por repasses - Convênios	17 (2.371)	-	(2.371)	-
Caixa proveniente de atividades de financiamento	64.848	47.838	64.848	47.838
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	7.263	(3.815)	6.871	(4.445)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11.409	4.146	11.409	4.538
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.146	7.961	4.538	8.983
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	7.263	(3.815)	6.871	(4.445)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de serviços	2.599	2.021	3.610	4.367
Receitas de recuperação de créditos	3.420	3.728	3.420	3.728
Receitas de atualização de crédito	66.147	69.754	66.147	69.754
Outras receitas	556	1.346	556	1.347
Receitas	72.722	76.849	73.733	79.196
Custos dos produtos e serviços vendidos	(216)	-	(1.016)	(2.173)
Custos processuais	(1.035)	(388)	(1.035)	(388)
Serviços tomados de terceiros	(1.439)	(1.678)	(1.547)	(1.856)
Despesas administrativas	(1.420)	(1.851)	(1.725)	(2.736)
Provisão para perdas de investimentos	(131)	(2.308)	(131)	(2.308)
Encargos financeiros contratuais	(70)	(18.808)	(70)	(18.808)
Perdas de parcerias público privadas	-	-	(156)	-
Perda/recuperação de valores ativos	33.303	(23.345)	33.303	(23.164)
Insumos adquiridos de terceiros	28.992	(48.378)	27.623	(51.433)
Valor adicionado bruto	101.714	28.471	101.356	27.763
Depreciação e amortização	(103)	(44)	(103)	(44)
Valor adicionado líquido	101.611	28.427	101.253	27.719
Resultado de equivalência patrimonial	(719)	(2.117)	-	-
Resultado de ajustes a valor justo	(38.322)	265.450	(38.322)	265.450
Receitas de participações acionárias	63.785	54.360	63.785	54.360
Receitas financeiras	11.627	13.477	11.662	13.578
Valor adicionado recebido em transferência	36.371	331.170	37.125	333.388
Valor adicionado total a distribuir	137.982	359.597	138.378	361.107
Remuneração direta	5.106	5.035	5.106	5.035
Benefícios	834	828	834	828
FGTS	391	543	391	543
Pessoal	6.331	6.406	6.331	6.406
Remuneração direta	1.324	1.772	1.540	2.778
Benefícios	-	-	-	7
FGTS	68	103	72	147
Diretoria e conselhos	1.392	1.875	1.612	2.932
Federais	7.973	7.193	8.112	7.607
Municipais	140	125	177	163
Impostos, taxas e contribuições	8.113	7.318	8.289	7.770
Aluguéis	44	40	44	40
Obrigações por repasse	1.574	672	1.574	672
Despesas financeiras	297	11	297	12
Juros	111.110	116.011	111.110	116.011
Encargos financeiros com opções	17.210	-	17.210	-
Custo de transação de debêntures	405	406	405	406
Remuneração de capitais de terceiros	130.640	117.140	130.640	117.141
Resultado do exercício	(8.494)	226.858	(8.494)	226.858
Remuneração de capitais próprios	(8.494)	226.858	(8.494)	226.858
Distribuição do valor adicionado	137.982	359.597	138.378	361.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019
(em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”) e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual nº 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

Em 14 de janeiro de 2019, conforme Ata da reunião da Diretoria – 001/2019, a Diretoria Executiva da MGI, por unanimidade de seus membros, manifestou-se favorável à extinção da EMIP por perda do objeto, observados os pressupostos do Convênio de Cooperação MGI/EMIP. A extinção da EMIP concretizou-se mediante a incorporação da subsidiária pela MGI, cujos termos foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da EMIP em 15 de maio de 2019 e pela Assembleia Geral de Acionistas da MGI em 10 de julho de 2019, com base em manifestações favoráveis dos Conselhos de Administração e Fiscal de ambas as companhias. A EMIP teve sua extinção declarada em 10 de julho de 2019.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$3.420 e R\$3.728, respectivamente (vide nota 18).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$841.211 em 31 de dezembro de 2019, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”) (vide nota 13), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 1.003.716 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 86.055.995 ações CMIG4s (vide nota 12.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (IFRS).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho Administração em 13 de março de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em controlada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado e em outros resultados abrangentes; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o CPC/IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 12 – Outros investimentos
- Nota 13 – Debêntures
- Nota 14 – Obrigações por repasse

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, que teve sua incorporação concretizada pela Companhia em 10 de julho de 2019.

Conseqüentemente, a partir dessa data, a Companhia passou a não ser requerida a apresentar balanço patrimonial consolidado, remanescendo a apresentação das demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado representando as respectivas transações até a data da incorporação da EMIP.

As informações contábeis da subsidiária integral (EMIP) utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas até a data de sua incorporação em 10 de julho de 2019 são consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 13 e 14).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do exercício subsequente, conforme definido no Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (vide nota 7.c), e crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (vide nota 7.e).

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de *default*, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF e para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”). Para o contrato de alienação de imóveis, celebrado com a SEF, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre os quais a Companhia recebe uma comissão.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

g. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

h. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

i. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

j. Novas normas e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) se tornou vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, e possui como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A Companhia avaliou os princípios e alterações trazidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não teve impactos em relação à época para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação das operações de arrendamento mercantil e optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto é

de baixo valor. Por fim, a nova norma resultou em impactos irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da CPC 32, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

Outros pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019

- (i) IAS 28/CPC 18: aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial;
- (ii) IAS 12/CPC 32: estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimento dos dividendos distribuíveis;
- (iii) IAS 19/CPC 33: altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual.

Essas alterações não afetaram de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

CPC 15 (R1) - As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional.

CPC 26 (R1) e IAS 8: Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição.

Além das alterações previstas na Revisão CPC 14/2019, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “*valuation*”. Técnicas de “*valuation*” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (vide nota 24).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.f refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 24, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/12/2018	1.819.750	(1.052.065)	(43.536)	724.149
31/12/2019	1.873.180	(1.018.762)	(13.207)	841.211

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida pelo EMG em troca das debêntures emitidas pela MGI, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

c. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Caixa e bancos	3	1.538	1.550
Aplicações financeiras	11.406	2.608	2.988
	11.409	4.146	4.538

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa1 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Aplicações financeiras vinculadas a pagamentos de:			
Convênios	a. 8.166	-	-
Debêntures	b. 74.557	177.339	177.339
Circulante	82.723	177.339	177.339
Aplicações financeiras vinculadas aos pagamentos de:			
Debêntures	b. 137.635	-	-
Não circulante	137.635	-	-
Total	220.358	177.339	177.339

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- a) Valor referente aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios.
- b) As aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

A partir do 2º trimestre de 2019, a Companhia alterou sua política financeira relacionada à gestão de seus recursos, e dessa forma, seus títulos e valores mobiliários, correspondentes às contas vinculadas às debêntures de 5ª emissão seguirão os fluxos de caixa de amortizações das referidas debêntures. Como resultado, a Companhia passou a classificar parte dos seus títulos e valores mobiliários no ativo não circulante.

7 Contas a receber e outros créditos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a. 235	436	436
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b. 662	1.451	1.451
Outras contas a receber - diversos	207	82	82
Créditos a recuperar	14	14	14
Direitos de Créditos Autônomos	c. 20.653	42.245	42.245
Contas a receber - EMIP - Partes relacionadas	-	787	-
Contas a receber - Credit Suisse	h. 20.065	51.002	51.002
Direitos Creditórios - Credit Suisse	f. 110.304	-	-
Circulante	152.140	96.017	95.230

		Controladora		Consolidado
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Direitos de Créditos Autônomos	c.	820.558	681.904	681.904
Contas a receber do EMG	d.	271	44.536	44.536
Outras Contas a receber - diversos		770	-	-
Valores a receber do Estado ref. PPP	g.	-	-	156
Créditos a receber - Goes Cohabita	e.	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	e.	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	f.	1.076.408	1.135.291	1.135.291
Não Circulante		1.898.007	1.861.731	1.861.887
Total		2.050.147	1.957.747	1.957.117

- a) Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em participação acionária na CEMIG no valor de R\$235.
- b) A Companhia possui com o EMG contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”) e à Advocacia Geral do Estado (“AGE”), cujos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019 montam R\$425 e R\$237, respectivamente.
- c) Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (conforme nota explicativa 14.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2019.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Movimen- -tação	Renego- -ciação (AVJ)	Variação AVJ e <i>impairment</i>	Atualização Monetária	Recebi- -mentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2019
Circulante	41.758	(57.909)	-	-	61.957	(15.763)	(9.390)	20.653
Não Circulante	1.777.992	57.909	12.436	-	4.190	-	-	1.852.527
Ajuste a valor justo	(43.536)	-	-	30.329	-	-	-	(13.207)
<i>Impairment</i> acumulado	(1.052.065)	-	-	33.303	-	-	-	(1.018.762)
Totais	724.149	-	12.436	63.632	66.147	(15.763)	(9.390)	841.211

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$9.390 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG (R\$1.065 em 31/12/2018). Esses valores são transferidos para a rubrica (contas a receber do EMG) (nota 7d), da qual são baixados após o efetivo repasse para a MGI mensalmente.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 24.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	1.598
A vencer:	
Até 12 meses	19.055
de 12 a 24 meses	12.051
de 24 a 36 meses	10.769
de 36 a 48 meses	8.183
de 48 a 60 meses	7.896
Após 60 meses	20.492
Total do valor nominal atualizado	80.044
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.793.136
Ajustes a valor justo (2)	(13.207)
Impairment acumulado (3)	(1.018.762)
Total	841.211

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.

(2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

(3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de dezembro de 2019.

- d) Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi repassado à MGI, pelo EMG, o valor de R\$53.655.
- e) Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S/A para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajuizada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, ainda em trâmite, visando anular a operação de alienação citada. Considerando este fato, o Conselho de Administração da Companhia, de forma a prevenir os efeitos de eventual sucesso da Ação Popular, deliberou pela provisão da perda total do crédito, em 20 de junho de 2002, conforme Ata da 95ª Reunião.
- f) Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 86.055.995 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (BICS) de devolvê-las, conforme definido no

Contrato de Empréstimo de Ações. Em janeiro de 2019 a Companhia adquiriu 4.919.600 ações CMIG4 no total de R\$68.655 e efetuou empréstimo total de 5.148.354 ações, totalizando R\$71.826. Em julho de 2019, ocorreu o vencimento da 1ª tranche das opções de compra e venda, e com isso, deveria haver a devolução de 4.780.888 ações CMIG4 para a MGI, porém decidiu-se fazer o 6º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI (3.777.172 ações), resultando em 1.003.706 ações CMIG4 devolvidas a MGI no valor de R\$14.007.

A MGI, baseando-se no CPC 48 – Instrumentos financeiros, apurou perda de ajuste a valor justo sobre 86.055.995 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

Ações	Quantidade	Valor de custo (R\$)	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Aumento/ (redução) do Valor Justo unitário (R\$)	Ganho/(Perda) de Valor Justo(R\$)	Saldo em 31/12/2019 (R\$)
CEMIG	81.911.347	13,86	1.135.292	13,79	(0,07)	(5.734)	1.129.558
	228.800(*)	6,57	1.503	13,79	7,22	1.652	3.155
	3.915.848(**)	13,9554	54.647	13,79	(0,1654)	(648)	53.999
Totais	86.055.995		1.191.442			(4.730)	1.186.712
Circulante	7.998.849						110.304
Não circulante	78.057.146						1.076.408

(*) Ações adquiridas no exercício de 2017 e emprestadas em janeiro de 2019.

(**) Ações adquiridas e emprestadas em janeiro de 2019.

Ações	Quantidade	Valor de custo (R\$)	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/12/2018 (R\$)	Aumento do Valor Justo unitário (R\$)	Ganho/(Perda) de Valor Justo(R\$)	Saldo em 31/12/2018 (R\$)
CEMIG	80.624.435	6,87	553.890	13,86	6,99	563.565	1.117.455
	1.286.912	4,44	5.714	13,86	9,42	12.123	17.837
Totais	81.911.347		559.604			575.688	1.135.291
Circulante	-						-
Não circulante	81.911.347						1.135.291

- g) A subsidiária EMIP possuía um saldo de R\$156 a receber do Estado de Minas Gerais, por intermédio de aporte de capital na MGI, referente a pagamentos de PPPs efetuados com recursos próprios da EMIP. Este valor foi reconhecido como uma perda no exercício corrente.
- h) As contas a receber do Credit Suisse, no montante de R\$20.065, referem-se a dividendos e JCP correspondentes às ações CMIG4 emprestadas pela MGI ao Credit Suisse, a serem pagos pela CEMIG em duas parcelas, até 30 de dezembro de 2020. Conforme cláusula 3.3 do contrato de empréstimo de ações, os proventos líquidos efetivamente recebidos pelo Credit Suisse, relativos às ações emprestadas, serão ressarcidos à MGI em até 01 (um) dia útil após a solicitação formal pela Companhia.

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2019:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)
13/01/2020	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
13/07/2020	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2021	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2021	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	4.878.581	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.581	11.10
TOTAL			87.814.288				87.814.288	

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 “Ajustes Adicionais”, toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

Como demonstrado na tabela acima, a MGI possui 87.814.288 opções de compra, porém possui 86.055.995 ações emprestadas ao Credit Suisse. Portanto, a MGI ainda deve efetuar o empréstimo de 1.758.293 ações CMIG4s quando o Credit Suisse fizer a solicitação do empréstimo.

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço

de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em julho de 2019, ocorreu o vencimento da 1ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda. Como o preço médio da ação (no valor de R\$14,93) foi superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$11,33), a Companhia efetuou o pagamento no valor total de R\$17.210 ao Credit Suisse, como a diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$3,60 multiplicado pela quantidade de 4.780.888 opções.

A tabela abaixo apresenta os resultados encontrados, por meio de cálculo feito usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
13/01/2020	27,63%	0,00	4.878.571	-	2,68	4.878.571	13.060
13/07/2020	27,63%	0,00	4.878.571	-	2,76	4.878.571	13.440
12/01/2021	36,44%	0,01	4.878.571	26	3,27	4.878.571	15.958
12/07/2021	36,44%	0,02	4.878.571	117	3,55	4.878.571	17.299
12/01/2022	40,74%	0,10	4.878.571	465	4,03	4.878.571	19.672
12/07/2022	40,74%	0,15	4.878.571	719	4,26	4.878.571	20.784
12/01/2023	47,02%	0,33	4.878.571	1.627	4,87	4.878.571	23.762
12/07/2023	47,02%	0,40	4.878.571	1.955	5,06	4.878.571	24.697
12/01/2024	46,44%	0,45	4.878.571	2.171	5,19	4.878.571	25.315
12/07/2024	46,44%	0,50	4.878.571	2.423	5,33	4.878.571	26.024
13/01/2025	45,51%	0,51	4.878.571	2.499	5,39	4.878.571	26.315
14/07/2025	45,51%	0,55	4.878.571	2.693	5,50	4.878.571	26.825
12/01/2026	43,71%	0,52	4.878.571	2.551	5,46	4.878.571	26.643
13/07/2026	43,71%	0,55	4.878.571	2.680	5,54	4.878.571	27.040
12/01/2027	43,60%	0,57	4.878.571	2.764	5,61	4.878.571	27.352
12/07/2027	43,60%	0,59	4.878.571	2.859	5,66	4.878.571	27.627
12/01/2028	43,60%	0,60	4.878.571	2.934	5,71	4.878.571	27.864
12/07/2028	43,60%	0,61	4.878.581	2.986	5,76	4.878.581	28.086
TOTAL			87.814.288	31.469		87.814.288	417.763
Circulante			9.757.142	-		9.757.142	26.500
Não Circulante			78.057.146	31.469		78.057.146	391.263

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2018	Pagamentos (Nota 19b.)	AVJ (nota 21)	31/12/2019
Opções de Venda	37.383	-	(5.914)	31.469
Opções de Compra	413.393	(17.210)(*)	21.580(*)	417.763

(*) O pagamento das opções de compra é a realização do seu respectivo AVJ e encontra-se registrada no custo enquanto que a variação residual do AVJ encontra-se registrada como resultado de ajustes a valor justo no resultado.

9 Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL	a. 7.725	13.347	13.698
Tributos retidos	b. 6.734	3.822	3.829
Ativo Circulante	14.459	17.169	17.527
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL	a. 21.170	16.234	17.066
Ativo Não Circulante	21.170	16.234	17.066
Total	35.629	33.403	34.593

a. Tributos a compensar – IRPJ/CSLL

Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de Renda e Contribuição Social em exercícios anteriores, devidamente atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e outros) forem apurados.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP, a serem compensados com o próprio tributo.

10 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Cível	a. 3.179	3.182	3.182
Total	3.179	3.182	3.182

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Investimento em controlada

A Companhia efetuou no 3º trimestre de 2019 a incorporação de sua controlada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A, na qual detinha participação em 100% do capital social, conforme AGE de 10 de julho de 2019. O quadro abaixo apresenta a movimentação das transações na incorporada.

Investimentos	31/12/2018	Incorporação	Equivalência Patrimonial	31/12/2019
EMIP	3.838	(3.119)	(719)	-

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da controlada na data da incorporação:

	<u>10/07/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante	3.810	4.426
Ativo não circulante	747	990
Total do ativo	4.557	5.416
Passivo circulante	1.438	1.578
Patrimônio líquido	3.119	3.838
Total do passivo e patrimônio líquido	4.557	5.416

12 Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado							TOTAL
	CEMIG	COPASA	BDMG	GERDAU S.A	GERDAU OUTRAS	CODEMGE	OUTROS	
Saldos em 31/12/2018	3.172	9.515	15.516	879	2.413	18	6	31.519
Aquisições de ações	1	-	702	-	-	-	-	703
Redução de investimentos	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Custo das ações transferidas (i)	(1.503)	-	-	-	-	-	-	(1.503)
AVJ das ações transferidas (i) (nota 16)	(1.668)	-	-	-	-	-	-	(1.668)
Devolução de ações emprestadas (ii)	14.007	-	-	-	-	-	-	14.007
Ajuste a valor justo do (nota 16)	(167)	1.000	-	310	-	(1)	-	1.142
<i>Impairment</i>	-	-	(131)	-	-	-	-	(131)
Saldos em 31/12/2019	13.842	10.515	16.087	1.189	2.413	16	6	44.068

i) Transferência para Direito Creditório:

Em atendimento à Cláusula Sexta – Ajustes Adicionais do Contrato de Hedge firmado entre a MGI e o Credit Suisse, caso ocorra anúncio de pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros proventos em dinheiro das CMIG4s, os parâmetros “Quantidade” e “Preço de Exercício” das opções serão ajustados e, conseqüentemente, serão efetuados novos empréstimos de CMIG4, a título gratuito, de forma que a quantidade de CMIG4s emprestadas, nos termos do Contrato de Empréstimo de ações, seja ao menos igual ao somatório das Quantidades das Opções Flexíveis de Compra vigentes. Durante este exercício, foram realizados empréstimos adicionais de 5.148.354 ações CMIG4 ao Credit Suisse.

ii) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula Quatro ponto três – Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferencias, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestadas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 1.003.706 ações CMIG4 à MGI em 2019.

No 1º semestre, foram emprestadas 5.148.354 ações CMIG4, destas 228.754 ações em poder da Companhia e 4.919.600 ações adquiridas durante o primeiro trimestre. Em maio com a divulgação da distribuição de resultado da CEMIG “*ex-proventos* CMIG4”, ocasiona ajuste nas quantidades de ações das opções flexíveis e consequentemente obrigando a Companhia a adquirir e transferir 3.777.182 ações CMIG4 para o Credit Suisse. Como em julho de 2019, ocorreu o vencimento da 1ª tranche das opções de compra e venda, e com isso, a devolução de 4.780.888 ações CMIG4 para a MGI, decidiu-se fazer o 6º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI, resultando em 1.003.706 ações CMIG4 devolvidas à MGI.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2019 está representado por 1.003.787 ações preferenciais da Cemig (71 ações livres e 1.003.716 ações bloqueadas), 154.640 ações ordinárias da Copasa, 59.422 ações da Gerdau S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das demonstrações financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (vide nota 24.m).

A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no exercício resultado positivo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG, COPASA e GERDAU S.A. conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2018 (R\$)	Valor justo em 31/12/2018	Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Aumento/(Diminuição) do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)
CEMIG	1.003.787(*)	13,96	14.009	13,79	(0,17)	13.842	(167)
COPASA	154.640	61,53	9.515	67,99	6,46	10.514	999
GERDAU	59.422	14,82	879	20,00	5,18	1.188	309
TOTAL	214.143		24.403			25.544	1.141

(*) Ações CMIG4 adquiridas em janeiro de 2019 pelo preço de mercado R\$13,9554 por ação.

Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2017 (R\$)	Valor justo em 31/12/2017	Cotação em 31/12/2018 (R\$)	Aumento do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2018	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)
CEMIG	228.835	6,87	1.572	13,86	6,99	3.172	1.600
COPASA	154.640	43,39	6.710	61,53	18,14	9.515	2.805
GERDAU	59.422	12,38	736	14,82	2,44	879	145
TOTAL			9.018			13.566	4.550

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

a) Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 13.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Cemig - Livres	71	228.825
Cemig – Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão	1.003.716	10
Cemig – Empréstadas (direitos creditórios - Vide nota 7.f)	86.055.995	81.911.347
	87.059.782	82.140.182

13 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2019 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2018	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	Saldo em 31/12/2019
Debêntures						
Subordinadas (a)						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	1.009.585	-	50.989	-	-	1.060.574
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(285.436)	-	66.073	-	-	(219.363)
Total	724.149	-	117.062	-	-	841.211
Debêntures 5ª emissão (b)						
Passivo circulante	53.231	47.746	60.525	(63.275)	(24.076)	74.151
Passivo não circulante	620.822	(47.746)	-	-	-	573.076
Total	674.052	-	60.525	(63.275)	(24.076)	647.226
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.398.201	-	177.587	(63.275)	(24.076)	1.488.437
Passivo circulante	53.231	47.746	60.525	(63.275)	(24.076)	74.151
Passivo não circulante	1.344.970	(47.746)	117.062	-	-	1.414.286

a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos, o vencimento final, ocorrerá em 24 de julho de 2022, sem previsão de amortizações intermediárias ordinárias, entretanto, poderão ser feitas amortizações extraordinárias, a critério da Emissora.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures

Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu, em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª Emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal “*covenant*”, o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do *hedge*”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda e do preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%.

A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento, sendo dispensada, dessa forma, da recomposição do IC no patamar mínimo de 185%.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo deste índice, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2019.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 1.003.716 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 12); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos

creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

14 Obrigações por repasses

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a. 9.168	8.106	8.106
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b. 497	2.032	2.032
Créditos de terceiros	c. 2.082	1.034	1.077
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	d. 21.557	73	73
Obrigações com EMG - partes relacionadas LP	d. 10.644	15.768	15.768
Obrigações com o Credit Suisse	e. -	18.808	18.808
Outras obrigações CP	267	4	4
Outras obrigações LP	556		
	44.771	45.825	45.868
Circulante	33.571	30.057	30.100
Não Circulante	11.200	15.768	15.768

- Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas e ao fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos (R\$2.160), conforme descrito na nota 7c, obrigações por repasse relativas a devoluções de saldo remanescente de convênios encerrados (R\$21.554), adiantamento para futuro aumento de capital classificado em obrigações (R\$8.484) e valores a repassar referente a rendimento de aplicação financeira nas vendas de imóveis (R\$3).
- Valor relativo aos encargos contratuais pela suspensão temporária (“waiver”) da obrigação de empréstimo de 5.148.354 novas ações CMIG4, previsto na cláusula 6.4 do Contrato de *Hedge*, paga em 03 (três) parcelas até 12 de julho de 2019.

15 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(8.494)	226.858	(8.494)	226.858
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(2.888)	77.132	(2.888)	77.132
Receita de dividendos	(13.384)	(14.149)	(13.384)	(14.149)
Equivalência Patrimonial	244	720	-	-
Provisão/Reversão para perda de investimentos	45	785	45	785
<i>Impairment</i> Direitos creditórios	(11.323)	7.937	(11.323)	7.937
Ajuste a valor justo (i)	13.029	(90.253)	13.029	(90.253)
Tributo diferido não constituído	14.277	17.828	14.521	18.548
	-	-	-	-
Alíquota Efetiva	0%	0%	0%	0%
Base de cálculo negativa/Prejuízo Fiscal (a)	41.991	52.865	42.710	54.982

- i. Ajustes a valor justo referente às ações da Cemig e Opções Flexíveis de ações, conforme consta na Demonstração do Resultado, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 7c) e Debêntures (nota 13).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas nos exercícios de 2014 a 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$236.324 que seriam registrados no ativo diferido, a Companhia vem controlando os saldos somente no Lalur, visto que não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como por meio do resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	7.103	7.627	7.627
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(1.775)	(1.907)	(1.907)
Contribuição social (9%)	(639)	(686)	(686)
Passivo fiscal diferido	(2.414)	(2.593)	(2.593)

Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2017	2.110
Outros Resultados Abrangentes	1.422
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	355
Contribuição social (9%)	128
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	483
Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2018	2.593
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2019	2.593
Outros Resultados Abrangentes	(526)
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(131)
Contribuição social (9%)	(48)
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	(179)
Passivo fiscal diferido - 31 de dezembro de 2019	2.414

16. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG e valores a receber da EMIP referentes ao convênio firmado entre as partes; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

		31/12/2019					
		Estado de MG	Cemig	Emip	BDMG	Copasa	Total
Ativos							
Circulante:		662	235	-	-	-	897
Contas a receber, JCP e	7.a e	662	235	-	-	-	897
Dividendos	7b.						
Não Circulante:		271	-	-	-	-	271
Contas a receber	7.d	271	-	-	-	-	271
Passivos							
Circulante		22.054	-	-	-	-	22.054
Obrigações por Repasse	14.b.d	22.054	-	-	-	-	22.054
Não Circulante		851.855	-	-	-	-	851.855
Debêntures 2ª emissão	13	841.211	-	-	-	-	841.211
Obrigações por Repasse	14.d	10.644	-	-	-	-	10.644

31/12/2019							
	Estado de MG	Cemig	Emip	BDMG	Copasa	Total	
Receitas		2.368	63.128	(719)	337	267	65.381
Serviços Prestados	18	2.368	-	-	-	-	2.368
Participações Acionárias	18.b	-	63.128	-	337	267	63.732
Equivalência Patrimonial	11	-	-	(719)	-	-	(719)
Impairment	12	-	-	(129)	-	-	(129)
Outros Resultados	12	-	(1.835)	-	-	1.000	(835)
Abrangentes							
Custo com Debêntures 2^a	13	50.989	-	-	-	-	50.989
Emissão							

31/12/2018							
	Estado de MG	Cemig	Emip	Codemge	BDMG	Copasa	Total
Ativos							
Circulante:	1.451	33	787	3	400	-	2.674
Contas a receber, JCP e Dividendos	1.451	33	787	3	400	-	2.674
Não Circulante:	44.536	-	-	-	-	-	44.536
Contas a receber	44.536	-	-	-	-	-	44.536
Passivos							
Circulante	2.032	-	-	-	-	-	2.032
Obrigações por repasse	2.032	-	-	-	-	-	2.032
Não Circulante	739.990	-	-	-	-	-	739.990
Debêntures 2 ^a emissão	739.990	-	-	-	-	-	739.990
Obrigações por repasse	15.841	-	-	-	-	-	15.841

31/12/2018							
	Estado de MG	Cemig	Emip	Codemge	BDMG	Copasa	Total
Receitas	2.021	52.923	(2.117)	6	471	622	53.926
Serviços prestados	2.021	-	-	-	-	-	2.021
Participações acionárias	-	52.923	-	6	471	622	54.022
Equivalência patrimonial	-	-	(2.117)	-	-	-	(2.117)
Impairment	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Outros Resultados							
Abrangentes	-	(1.528)	-	-	-	2.805	1.277
Encargos financeiros							
Debêntures 2^a Emissão	52.217	-	-	-	-	-	52.217

As transações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Diretoria	848	1.302
Conselho de Administração	303	295
Honorários	1.151	1.597

A redução observada na remuneração dos administradores se deve a uma reforma administrativa realizada na Companhia, com a redução do quantitativo de diretores.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Durante o exercício de 2019, a Companhia recebeu aportes de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$67.219 com integralizações de capital e transformou o adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$6.476 em capital integralizado. Ainda neste exercício, foi integralizado e reclassificado para obrigações por repasse de convênios o valor de R\$2.371. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 31/12/2019 e 31/12/2018	
	Quantidade de Ações	%
Acionistas		
Estado Minas Gerais	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%

Em 31 de dezembro de 2019, seu capital social subscrito é de R\$3.542.798, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.163.401 e o capital social a integralizar no valor de R\$379.397.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.188.995 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.856 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, um total de R\$1.188.995 da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência

da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2019 é R\$1.145.550 (R\$1.080.702 em 31 de dezembro de 2018).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos e de seu Estatuto Social.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439	574.439	574.439
Resultado do exercício	(8.494)	226.858	(8.494)	226.858
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(14,79)	394,92	(14,79)	394,92

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/12/2019 e 31/12/2018, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

18. Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de serviços	2.368	2.021	2.368	2.021
Receitas de recuperação de créditos	3.420	3.728	3.420	3.728
Receitas de atualização de créditos	a. 66.147	69.754	66.147	69.754
Receita de participação acionária	b. 63.785	54.360	63.785	54.360
Receitas de vendas de imóveis	231	-	1.242	2.346
Ajuste a valor justo de DCA 7c.	30.329	50.625	30.329	50.625
Impostos sobre serviços (ISS)	(118)	(101)	(118)	(101)
PIS/COFINS	(2.764)	(1.626)	(2.858)	(1.844)
Receita Total	163.398	178.761	164.315	180.889

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e venda de direitos de subscrição de ações decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cemig - parte relacionada	63.128	52.923	63.128	52.923
Copasa - parte relacionada	267	622	267	622
BDMG – parte relacionada	337	471	337	471
CODEMGE – parte relacionada	-	6	-	6
Gerdau	52	338	52	338
Outras	1	-	1	-
Total	63.785	54.360	63.785	54.360

19. Custos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	3.346	4.301	3.346	4.301
Obrigações por repasse	1.574	672	1.574	672
Serviços de terceiros	803	679	803	679
Despesas judiciais	1.035	388	1.035	388
Juros sobre debêntures	a. 111.110	116.011	111.110	116.011
Encargos financeiros contratuais	70	18.808	70	18.808
Encargos financeiros com opções	b. 17.210	-	17.210	-
Amortização de custos de transação	405	406	405	406
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	66.073	56.352	66.073	56.352
Custos dos imóveis vendidos	216	-	1.051	2.191
Demais custos	94	310	94	310
Custos Total	201.936	197.927	202.771	200.118

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.
- b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).

20. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras				
Receitas aplicações financeiras	10.065	10.716	10.072	10.752
Receitas de atualização de créditos	1.559	2.761	1.587	2.826
Juros ativos	3	-	3	-
PIS/COFINS	(3.615)	(3.905)	(3.617)	(3.910)
	8.012	9.572	8.045	9.668
Despesas Financeiras				
IOF	(58)	(77)	(58)	(79)
Outras despesas	(297)	(11)	(297)	(12)
	(355)	(88)	(355)	(91)
Resultado Financeiro Líquido	7.657	9.484	7.690	9.577

21. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ajustes a valor justo					
Ganho/(perda) de AVJ das ações da Cemig emprestadas	7.f	(4.730)	575.688	(4.730)	575.688
Ganho/(perda) de AVJ das opções de venda	8	(5.914)	(48.139)	(5.914)	(48.139)
Ganho/(perda) de AVJ das opções de compra	8	(4.370)	(290.122)	(4.370)	(290.122)
Ganho/ (perda) de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos	7c	12.436	33.749	12.436	33.749
		(2.578)	271.177	(2.578)	271.177

22. Convênios

Em 8 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 5 de junho de 2014, o EMG efetuou nova integralização de capital com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$53.761.

Em 1º de julho e em 30 de setembro de 2014, o acionista EMG integralizou R\$154.321 e R\$12.562, respectivamente, sendo R\$25.683 com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil e o restante, R\$141.200, proveniente de operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$1.085.624, cujo objetivo é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou vários aumentos de capital, no valor total de R\$218.806, dos quais foi integralizado o montante de R\$101.000. Já neste exercício foi integralizado R\$2.371, restando R\$115.435 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de maio de 2019, foi aprovada a Lei Estadual nº23.304, que estabelece a nova estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. O impacto desta Lei foi a extinção e a incorporação de várias Secretarias do Estado. Conseqüentemente, esta mudança alterou para a MGI a relação das Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais conforme demonstrado a seguir:.

Secretarias antes da Reforma Administrativa

Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP
Sec. Est. Cultura - SEC + Sec. Est. Turismo de MG – SETUR
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE + Sec. Est Esportes de MG - SEESP
Sec. Est. Governo - SEGOV
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES

Após a reforma

Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável – SEMAD + Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP
Sec. Est. De Cultura e Turismo de MG – SECULT
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA
Sec. Est. Desenv. Social de MG – SEDESE
Sec. Est. Governo – SEGOV
Sec. Est. Des. Econômico SEDE

A MGI repassou aos convenientes, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$3.167 referentes a parcelas de convênios celebrados em exercícios anteriores. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$8.742 no período, a variação líquida foi negativa em R\$5.575, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.173.016 em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.167.441, em 31 de dezembro de 2019, conforme quadro abaixo.

Convênios

Secretarias	31/12/2018	Movimentação		31/12/2019
	Saldo inicial	Pagamentos	Devoluções	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.018	-	-	5.018
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.899	-	-	1.899
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	95.387	3	(5.855)	89.535
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.177	-	(12)	14.165
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.611	-	(665)	19.946
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA	993.360	3.164	(2.180)	994.344
Sec. Est. Des. Social de MG - SEDESE	34.730	-	(30)	34.700
Sec. Est. Governo - SEGOV	4.234	-	-	4.234
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	3.600
	1.173.016	3.167	(8.742)	1.167.441

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interviente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio.

As Secretarias Intervientes são responsáveis por uma primeira análise e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) desses convênios. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, por consequência, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervientes, os convênios são encaminhados à MGI para julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de dezembro de 2019, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.033 convênios vencidos há mais de 90 dias:

Convênios	Quantidade	Valor
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	1	100
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável - SEMAD	139	89.372
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	3	9.561
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	17	9.363
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA	759	302.654
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	109	35.425
Sec. Est. Governo - SEGOV	4	3.604
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	1	3.600
TOTAL	1.033	453.679

Dos 1.033 convênios vencidos há mais de 90 dias, 1.003 convênios têm prestação de contas apresentadas e estão em análise na Secretaria Interviente; 23 convênios estão na MGI, em fase de medida administrativa, com vistas a cobrança de apresentação de prestação de contas final ou do dano ao erário; e 7 convênios têm Tomadas de Contas em andamento, fases interna ou externa.

Detalhamento da Situação dos Convênios

Situação	Quantidade	Valor
Prestação de contas em análise na Secretaria interveniente	1.003	442.256
Convênios com medidas administrativas	23	6.607
Convênios em processos de tomada de contas especial	7	4.816
Total	1.033	453.679

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenentes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenentes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável).

Em seu parecer, os especialistas afirmam que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

- a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;
- b). Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;
- c). Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d). Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e). Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos.”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas demonstrações financeiras, conforme apresentado abaixo:

CONTROLADORA			31/12/2019	CONTROLADORA			31/12/2019
	31/12/2019	Ajuste	divulgado		31/12/2019	Ajuste	divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	220.358	-	220.358	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.167.441)	21.554
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.065.448	(1.167.441)	1.898.007	Outros	2.379.121	-	2.379.121
Outros	282.310	-	282.310				
Total do ativo	3.568.116	(1.167.441)	2.400.675	Total do passivo e PL	3.568.116	(1.167.441)	2.400.675

CONTROLADORA			31/12/2018	CONTROLADORA			31/12/2018
	31/12/2018	Ajuste	divulgado		31/12/2018	Ajuste	divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	177.339	-	177.339	Obrigações por repasse - convênios	1.188.784	(1.173.016)	15.768
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.034.747	(1.173.016)	1.861.731	Outros	2.234.483	-	2.234.483
Outros	211.181	-	211.181				
Total do ativo	3.423.267	(1.173.016)	2.250.251	Total do passivo e PL	3.423.267	(1.173.016)	2.250.251

CONSOLIDADO			31/12/2018	CONSOLIDADO			31/12/2018
	31/12/2018	Ajuste	divulgado		31/12/2018	Ajuste	divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	177.339	-	177.339	Obrigações por repasse - convênios	1.188.784	(1.173.016)	15.768
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.034.903	(1.173.016)	1.861.887	Outros	2.235.274	-	2.235.274
Outros	211.816	-	211.816				
Total do ativo	3.424.058	(1.173.016)	2.251.042	Total do passivo e PL	3.424.058	(1.173.016)	2.251.042

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

23. Contingências não provisionadas

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil.

- Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024 proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7-e). O valor atualizado da causa é de R\$54.469 e em conexão existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$10.305. Os valores estão atualizados pelo fator de atualização monetário do TJMG, até a data dessas demonstrações financeiras. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.

24. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram alterações na política de gerenciamento de riscos da Companhia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida com base no seu Estatuto Social e em sua Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Essa política define as diretrizes a serem observadas para a gestão de riscos, controles internos e integridade.

A MGI adota o modelo das 3 linhas de defesa proposto pela Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA:

1ª linha de defesa: a primeira linha de defesa é composta pelas unidades gerenciais, competindo-lhes, entre outras atribuições manter controles internos eficazes, implementar ações corretivas para procedimentos e controles, conduzir, diariamente, procedimentos de riscos e controles inerentes a suas atividades e zelar pela aderência da equipe aos dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis à sua unidade.

2ª linha de defesa: a segunda linha de defesa é formada pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, unidade interna de governança com previsão estatutária e dotada de autonomia e independência para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos. A essa unidade compete, entre outras atribuições, elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia, coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que a Companhia está sujeita, propor o aprimoramento de políticas, diretrizes e normas complementares, monitorar as atividades da 1ª linha de defesa e reportar à Diretoria Executiva e, quando necessário, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia.

3ª linha de defesa: a 3ª linha de defesa é composta pela Gerência de Auditoria Interna, a quem compete, entre outras atribuições, avaliar, de forma independente, a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gestão de riscos e controles internos. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Responsabilidade dos órgãos estatutários no âmbito da Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

Diretoria Executiva: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos, com a adequada alocação de recursos humanos e financeiros, patrocinar a disseminação da cultura da integridade, gestão de riscos e controles internos, supervisionar o mapeamento e avaliação de riscos que possam comprometer a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e propor ao Conselho de Administração o perfil de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: supervisionar as atividades desenvolvidas na unidade de auditoria interna, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como a adequação dos mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos.

Conselho de Administração: definir o perfil de riscos da Companhia, em alinhamento com os objetivos estratégicos e os interesses dos acionistas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, aprovar as políticas e normas de gestão da integridade, riscos e controles internos e suas revisões.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos da Companhia é realizado com a participação de todos os colaboradores e coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos. A avaliação de riscos é realizada com base em matriz de calor, em que o risco é avaliado como baixo, médio, alto ou extremo, com base nos eixos de probabilidade e de impacto.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros:

(i) Direitos de Crédito Autônomos (nota 7.c)

Os Direitos de Crédito Autônomos apresentam um risco de crédito com alto grau de probabilidade, uma vez que, pela própria natureza da carteira, composta por parcelamentos de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, existe uma tendência de aumento da inadimplência ao longo do tempo.

O impacto desse risco seria a insuficiência de recursos para liquidação das debêntures subordinadas, emitidas para aquisição da carteira, uma vez que a terceira emissão de debêntures, também vinculada aos direitos creditórios, foi liquidada em 2017. A escritura de emissão das debêntures subordinadas prevê a possibilidade de liquidação mediante dação em pagamento do saldo da carteira, sendo que, em caso de resgate antecipado, a diferença entre o saldo credor da carteira e o saldo devedor das debêntures subordinadas será computado como prêmio pago pela Emissora. Nesse caso, o impacto para a Companhia será meramente contábil, pois não haverá desembolso financeiro.

A fim de assegurar a fidedignidade das demonstrações financeiras, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável, a amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial e o prêmio previsto no caso de resgate antecipado das debêntures subordinadas.

(ii) Créditos a receber – Góes Cohabita – nota 7.e

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização.

(iii) Outras contas a receber

As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante.

(iv) Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.f e 8)

Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig.

A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros - Controladora					
Ativo	Posição em 31/12/2019	Posição em 31/12/2018	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	2	1	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	1	1.525	Itaú	Aa1	Moody's
Conta Corrente	-	12	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	8.942	992	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	10.618	1.281	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	11	11	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	1	324	Mercantil do Brasil	Caa1	Moody's
Aplicação Financeira	212.192	177.339	Banco Credit Suisse Brasil	(*)	N/A
Opções Flexíveis de Venda	31.469	37.383	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*)	N/A
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	1.186.712	1.135.291	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	1.449.948	1.354.159			

Perfil dos Ativos Financeiros - Consolidado				
Ativo	Posição em 31/12/2018	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	2	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	1.527	Itaú	Aa1	Moody's
Conta Corrente	21	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	1.371	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	1.282	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	11	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	324	Mercantil do Brasil	Caa1	Moody's
Aplicação Financeira	177.339	Banco Credit Suisse Brasil	(*)	N/A
Opções Flexíveis de Venda	37.383	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*)	N/A
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	1.135.291	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	1.354.551			

(*) Não foi localizada avaliação de rating do Banco Credit Suisse Brasil e do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento, porém, o Conglomerado Credit Suisse no Brasil é uma instituição financeira reconhecida e consolidada e possui ótimo Índice de Basileia (27.04% em 30 de junho de 2019).

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Exercício findo em 31/12/2019	Controladora					
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo financeiro						
Fornecedores e outras contas a pagar	253	-	-	-	-	253
Debêntures Subordinadas	-	-	-	841.211	-	841.211
Debêntures 5ª Emissão	-	-	74.151	240.760	332.315	647.226
Obrigações por repasse	-	267	33.304	11.200	-	44.771
Contrato de opções flexíveis	-	-	26.500	226.650	164.613	417.763
Total	253	267	133.955	1.319.821	496.928	1.951.224

Exercício findo em 31/12/2018	Controladora					
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo financeiro						
Fornecedores e outras contas a pagar	255	-	-	-	-	255
Debêntures Subordinadas	-	-	-	724.149	-	724.149
Debêntures 5ª Emissão	-	-	53.231	240.760	380.061	674.052
Obrigações por repasse	-	7.271	22.786	15.768	-	45.825
Contrato de opções flexíveis	-	-	12.730	209.081	191.582	413.393
Total	255	7.271	88.747	1.189.758	571.644	1.857.674

Exercício findo em 31/12/2018	Consolidado					
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo financeiro						
Fornecedores e outras contas a pagar	260	-	-	-	-	260
Debêntures Subordinadas	-	-	-	724.149	-	724.149
Debêntures 5ª Emissão	-	-	53.231	240.760	380.061	674.052
Obrigações por repasse	-	7.271	22.830	15.767	-	45.868
Contrato de opções flexíveis	-	-	12.730	209.081	191.582	413.393
Total	260	7.271	88.791	1.189.757	571.643	1.857.722

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo. O índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia para quitar a totalidade de suas obrigações, é de 1,20 na posição de 31 de dezembro de 2019 (1,19 em 31 de dezembro de 2018). Isso significa que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Total, a Companhia possui R\$1,20 no seu Ativo (excluídos os valores de investimentos, imobilizado e intangível). Já o índice de liquidez seca, que mede a capacidade de honrar as obrigações de curto prazo, é de 1,90 em 31 de dezembro de 2019, o que indica que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Circulante, a Companhia possui R\$1,90 no Ativo Circulante (excluído o estoque de imóveis para a venda).

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. Em que pese os indicadores de liquidez mostrarem-se satisfatórios até o momento, a Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

As debêntures subordinadas não apresentam risco de liquidez, uma vez que poderão ser quitadas mediante dação em pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. Risco relacionado ao mercado de capitais

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. Risco relacionado à taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	11.406	2.988
Aplicações financeiras vinculadas	220.358	177.339
Total de direitos creditórios (a)	841.211	724.149
Debêntures	(1.488.437)	(1.398.201)
Saldo líquido de exposição	(415.462)	(493.725)

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o “Total de direitos creditórios” nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros

já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de dezembro de 2019, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

(Aumento das despesas financeiras líquidas - em milhares de reais)				
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Aumento do CDI	-	4.570	9.140
Premissas para a análise de sensibilidade:				
Variável de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.)*		4,40	5,50	6,60

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG e COPASA, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,0206% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,0156%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/12/2019	Varição de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL
Cemig	13.842	91	0,0206%
Copasa	10.515	69	0,0156%

Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de que a MGI pague pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda.

A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível):	Cenário III (Remoto):
				13,79	17,24	20,69
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2019	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/01/2020	4.878.571	11,10	13.060	63	16.882	33.701
Tranche vincenda em 13/07/2020	4.878.571	11,10	13.440	(317)	16.502	33.321
Total			26.500	(254)	33.384	67.022
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2019	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/01/2020	4.878.571	5,44	-	-	-	-
Tranche vincenda em 13/07/2020	4.878.571	5,44	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 31 de dezembro de 2019, o capital de terceiros representa 441% do Patrimônio Líquido da Companhia. Não houve alteração significativa em relação à posição consolidada de 31 de dezembro de 2018, quando esse índice era de 481%. Do total de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2019, apenas 7% corresponde a obrigações de curto prazo.

Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		31/12/2019	%	31/12/2018	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		37.428	2	33.662	2
Opções Flexíveis de Compra	8	26.500	1	12.730	1
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	13	74.151	4	53.231	3
Subtotal Passivo Circulante		138.079	7	99.623	6
Passivo não circulante					
Passivo Operacional (*)		13.615	2	18.360	1
Opções Flexíveis de Compra	8	391.263	20	400.663	21
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	13	841.211	43	724.149	39
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	13	573.075	29	620.821	33
Subtotal Passivo não circulante		1.819.164	93	1.763.994	94
Passivo Total		1.957.243	100	1.863.617	100

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

l. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora				Consolidado	
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao Custo Amortizado	1.095.202	1.095.202	1.003.941	1.003.941	1.003.702	1.003.702
Caixa e equivalente de caixa	11.409	11.409	4.146	4.146	4.538	4.538
Títulos e valores mobiliários	220.358	220.358	177.339	177.339	177.339	177.339
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	22.224	22.224	98.307	98.307	97.677	97.677
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	841.211	841.211	724.149	724.149	724.149	724.149
Ao Valor Justo por meio do resultado	1.218.181	1.218.181	1.172.674	1.172.674	1.172.674	1.172.674
Direitos Creditórios Credit Suisse	1.186.712	1.186.712	1.135.291	1.135.291	1.135.291	1.135.291
Contratos de opções flexíveis	31.469	31.469	37.383	37.383	37.383	37.383
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	46.695	46.695	31.519	31.519	35.161	35.161
Outros investimentos	44.068	44.068	31.519	31.519	31.519	31.519
Imóveis para venda	2.627	2.627	-	-	3.642	3.642
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.533.462	1.533.462	1.444.281	1.444.281	1.444.329	1.444.329
Fornecedores	253	253	255	255	260	260
Obrigações por repasse	44.771	44.771	45.825	45.825	45.868	45.868
Debêntures	1.488.437	1.488.437	1.398.201	1.398.201	1.398.201	1.398.201
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	417.763	417.763	413.393	413.393	413.393	413.393
Contratos de opções flexíveis	417.763	417.763	413.393	413.393	413.393	413.393

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.
- **Debêntures** – são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após são mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.
- **Obrigação por repasse**-as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em conformidade com as características e perfil de risco associados à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

m. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Saldo em 31/12/2019	Valor justo em 31 de dezembro de 2019	
			Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)
Contas a receber - Credit Suisse	7.f	1.186.712	1.186.712	-
Contratos de opções flexíveis	8	31.469	31.469	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	12	25.546	25.546	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	12	18.522	-	18.522
		1.262.249	1.243.727	18.522

A nota explicativa 12 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, conseqüentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois é a forma mais confiável para estimar o seu valor justo

25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	1.440	1.400
TOTAL	4.440	4.400

As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

26. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que a principal atividade desempenhada pela Companhia atualmente, em atendimento ao interesse coletivo, é a gestão de ativos do Estado de Minas Gerais, atuando na recuperação de créditos em liquidação e venda de imóveis, propiciando, assim, a arrecadação de receitas para os cofres públicos e, ao mesmo tempo, a redução das despesas inerentes a esses ativos.

Outras atividades desempenhadas pela Companhia para a consecução do interesse coletivo são relacionadas aos direitos de crédito autônomos e debêntures, participações acionárias e convênios.

Os dados operacionais e financeiros dessas atividades estão descritos no Relatório da Administração.

27. Transações que não afetaram o Caixa

Na Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, de 10 de julho de 2019, foi deliberada e aprovada a incorporação pela MGI da sua subsidiária integral EMIP, ficando a Diretoria Executiva autorizada a praticar todos os demais atos necessários à conclusão do processo de extinção por meio da incorporação ora aprovada EMIP. Grande parte dessa transação não envolveu caixa e por isso, o valor de R\$3.078, não está refletido na demonstração do fluxo de caixa, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Itens que não afetaram o caixa	
(Aumento)/Diminuição	Valor
Contas a receber	206
Tributos a compensar	(967)
Imóveis para Venda	(2.843)
Salários e Encargos	12
Impostos a recolher	514
Baixa de investimento em Controlada	3.078

28. Eventos Subsequentes

Eventuais impactos do COVID-19.

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível de estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da epidemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual incremento na inadimplência dos direitos creditórios e alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros.

Conselho de Administração

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção - Presidente
Andresa Linhares de Oliveira Nunes, - Vice-Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Membro
Andrea Riechert Senko - Membro
Leonora Maria Aparecida - Membro
Silvia Caroline Listgarten Dias - Membro
Marília Carvalho de Melo - Membro

Diretoria Executiva

Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente
Nilma Alves dos Santos Gonçalves - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9